

Assembleia aprova **paralisação de 2h no dia 19** e atos em vários locais de trabalho

Servidores aumentam a pressão por abertura de negociações e planejam próximos passos da campanha salarial unificada

Ennio Brauns



15.03.14 - Assembleia geral

Joca Duarte



14.03.14 - Assembleia setorial na JT Barra Funda

Kit Gaion



13.03.14 - Assembleia setorial no TRE

Jesus Carlos



26.02.14 - Assembleia setorial no TRF-3

Os trabalhadores do Judiciário Federal em São Paulo paralisam suas atividades por duas horas na quarta-feira, 19. Neste dia também acontecem atos em vários locais de trabalho. Essas foram as principais decisões da assembleia geral realizada no sábado, 15.

As iniciativas fazem parte da campanha salarial unificada e do esforço para que o governo e o STF abram negociação com a categoria. Elas se somam à mobilização de diferentes segmentos do funcionalismo que realizam no mesmo dia 19 de março uma marcha a Brasília.

A ideia é pressionar o governo Dilma Rousseff (PT) a abrir negociação em torno da pauta de reivindicações, que engloba: definição de data-base, revisão geral anual dos salários, reposição das perdas inflacionárias acumuladas, reajuste de benefícios, negociação coletiva e retirada de medidas legislativas que impliquem perda de direitos. (leia mais na página 03).

Os trabalhadores do Judiciário deverão também se deslocar para a frente do STF. À tarde, haverá uma

reunião do Fórum das Entidades do Serviço Público Federal, quando serão debatidos os próximos passos da luta unificada.

Construção por etapas

A assembleia avaliou que a campanha salarial deve ser construída por etapas, junto com as demais categorias de servidores federais, superando as diferenças no nível de mobilização de cada uma: os servidores das universidades federais iniciam paralisação nesta semana e outras estão debatendo o movimento paredista.

No dia 20, após a Marcha em Brasília, tem Reunião Ampliada da Fenajufe. Os 10 delegados do Sintrajud, eleitos na assembleia, defenderão a construção de mais um dia de mobilização antes da deflagração da greve por tempo indeterminado. A indicação é que esse Dia Nacional de Luta seja em 10 de abril. Uma boa adesão neste dia trará possibilidades reais da deflagração de uma greve por tempo indeterminado ainda no mês de abril.

Por Hélio Batista Barboza

Atos marcados para o dia 19

São Paulo:

TRT - Fórum Ruy Barbosa (Barra Funda): 13h às 15h

TRF-3/JF - Fórum Pedro Lessa (av. Paulista): 13h às 15h

TRE - rua Francisca Miquelina, 123 (Bela Vista): 12h às 14h

Baixada Santista:

Ato conjunto no Fórum Professor José Frederico Marques (Justiça Federal): 13h

Protestos acontecem também em Brasília e nos estados

A campanha salarial terá atos públicos nos estados e em Brasília na quarta-feira, 19. Nesta semana começou a greve dos servidores nas universidades federais, primeiro setor a parar nacionalmente.

As manifestações do dia 19 devem contar com a paralisação por 24 horas, ou por período menor, de setores do funcionalismo, dentre eles do Judiciário. A categoria

participará ainda dos protestos nos estados e do ato em Brasília, que acontecerá em frente ao Ministério do Planejamento.

Na própria quarta, 19, às 15h, as entidades nacionais dos servidores se reúnem para traçar novas atividades. No dia seguinte, ocorre a reunião ampliada da Fenajufe, que debaterá a participação do setor nas mobilizações.

Requerimento do Sintrajud pede reajuste dos auxílios creche e alimentação

Benefícios estão com valores congelados desde 2011, exceto para o STF

O Sintrajud protocolou na quinta-feira, 13, em todos os tribunais (JE, TRE, JT e STM), requerimento de correção monetária e equiparação dos valores do auxílio-alimentação e auxílio-pré-escolar, também conhecido como auxílio-creche, pago aos servidores do Poder Judiciário.

O último reajuste dos benefícios aconteceu em 2011, quando foram corrigidas as diferenciações e uniformizados os valores pagos a todos os órgãos. No entanto, o Supremo Tribunal Federal (STF),

em recente resolução (518, de 17 de fevereiro de 2014), alterou o valor do auxílio-creche e do auxílio-alimentação de seus servidores (Processo Administrativo nº 3228186/2007), mas não estendeu os efeitos para os trabalhadores lotados em outros Tribunais.

A concessão de auxílios em valores diferentes para os servidores de um mesmo poder, sem fundamento jurídico que justifique a disparidade, viola o princípio da isonomia.

O valor do auxílio-creche para

os servidores do STF passou de R\$ 561 para R\$ 594. O auxílio-alimentação foi reajustado de R\$ 710,00 para R\$ 751,00. Mesmo esses reajustes foram insuficientes para repor as perdas inflacionárias acumuladas durante o longo período em que os valores ficaram congelados.

O requerimento do Sintrajud pede a aplicação da correção monetária desde 2011, com o pagamento de todas as parcelas vencidas e a vencer.

Além do pedido de correção, o

Sindicato pediu a equiparação do valor dos auxílios aos que são pagos pelo STF, com efeito retroativo a janeiro de 2014 e a quitação dos valores retroativos com juros e correção monetária. Os dois pedidos são independentes, isto é, a correção dos auxílios para repor as perdas inflacionárias não anula a equiparação com os do STF.

A Fenajufe fez semelhante pedido nos conselhos e tribunais superiores em benefício das categorias do poder judiciário em todo o país.

Sintrajud requer participação na elaboração dos orçamentos dos tribunais

Pedido se baseia em resolução do CNJ e visa proposta orçamentária de 2015

O Sintrajud encaminhou requerimentos aos tribunais de São Paulo solicitando a participação dos servidores na elaboração dos seus orçamentos. O pedido visa assegurar que os servidores participem da preparação da proposta orçamentária de 2015, a ser encaminhada pelos tribunais aos órgãos superiores.

A participação dos servidores está prevista em uma resolução de 2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). “Os tribunais garantirão a participação efetiva de serventuários e de magistrados de primeiro e segundo graus, indicados pelas respectivas entidades de classe, na elab-

oração e na execução de suas propostas orçamentárias e planejamentos estratégicos”, diz o artigo 2º da Resolução 70/2009 do CNJ.

A elaboração dos orçamentos é mais uma oportunidade para os servidores pressionarem pelo atendimento de suas reivindicações, incluindo reajuste de salários e benefícios, pagamento de passivos e melhoria das condições de trabalho. Além disso, trata-se de um espaço para que os servidores discutam as prioridades orçamentárias e a alocação de verbas dos tribunais.

“É comum, por exemplo, que os tribunais aluguem prédios



sem licitação e decidam outros gastos sem discutir com a comunidade e com os trabalha-

dores da Justiça”, disse Tarcísio Ferreira, diretor do Sintrajud e coordenador da Fenajufe.

Garís realizam luta histórica no Rio de Janeiro

Categoria não concordou com proposta do sindicato e negociou diretamente com o governo

No Rio de Janeiro, após uma paralisação de oito dias, os garís conquistaram um reajuste de 37% em uma contraproposta feita pela própria categoria, que recusou a intermediação do sindicato durante as negociações.

Um dos representantes da comissão de greve, Angelo Ricardo Freitas, disse que os garís ficaram satisfeitos. “Estamos todos satisfeitos, pois não queríamos nada além disso, sentar e conversar e poder propor nossa pauta”, disse.

A greve iniciou em 1º de março, em pleno Carnaval, e contou com

o apoio maciço da população. A categoria, que teve que enfrentar o seu próprio sindicato e o prefeito, mostrou que com organização, mobilização e enfrentamento é possível lutar pela valorização profissional.

Governo é contra a greve

A prefeitura do Rio de Janeiro, além de criminalizar e judicializar a greve, utilizou a PM e a Guarda Civil para coagir os trabalhadores e fazer escolta daqueles que se viram forçados a trabalhar sob a ameaça de demissão.

Com informações: Andes-SN e Sintrajufe/RS.



Governo não cumpre promessa e 'empurra' servidor para construção da greve

Planejamento não responde a reivindicações como prometera; STF também não dá respostas; greve nas universidades vai começar; atos e paralisações dia 19

Por Helcio Duarte Filho

O Ministério do Planejamento não cumpriu o compromisso de responder, antes do Carnaval, à pauta de reivindicações da categoria entregue ao governo em janeiro. Sem resposta ou qualquer perspectiva de negociação efetiva, pelo menos um setor do funcionalismo inicia a greve por tempo indeterminado já nos próximos dias: os servidores das universidades federais param a partir de 17 de março.

A promessa de responder à pauta havia sido feita pelo secretário de Recursos Humanos do Planejamento, Sérgio Mendonça, na audiência concedida no dia 5 de fevereiro a uma comissão representativa das entidades nacionais dos servidores, após protesto nacional em Brasília que marcou o lançamento da campanha salarial unificada. Não havia grandes expectativas quanto ao teor da resposta – o governo já sinalizou que não vê espaço para concessões salariais –, mas o não cumprimento da promessa foi mal recebido por dirigentes sindicais do setor.

Movimento em construção

Não existem ainda, é verdade, condições para iniciar já a greve unificada no conjunto dos federais. Alguns setores param por 24 horas no dia 19 de março, os servidores e professores dos institutos federais de ensino aprovaram o indicativo de greve para abril e os docentes das universidades, liderados pelo Andes-SN, devem decidir no dia 30 de março sobre o movimento paredista.

Mas a movimentação dos técnicos das universidades pode marcar o começo de um processo mais amplo,



Fotos Ronaldo Barroso

05.02.14 - A esquerda manifestação em frente ao Ministério do Planejamento. No detalhe, audiência com o secretário de RH do Planejamento Sérgio Mendonça.

ainda em construção, no funcionalismo. “O governo mais uma vez não cumpriu com a palavra e os servidores precisam se organizar para fazer esta greve”, alerta Saulo Arcangeli, dirigente da federação nacional (Fenajufe), que participou da última reunião do Fórum de Entidades Nacionais dos servidores federais, que reafirmou a proposta de construção da greve como único recurso capaz de forçar o governo a negociar.

Audiência não confirmada

Indagado por telefone por um dirigente da CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular) sobre a resposta à pauta, Sérgio Mendonça alegou que não houve tempo para encaminhar o assunto às vésperas do Carnaval. Disse que iria trabalhar para que a ministra Mirian Belchior (Planejamento) recebesse as entidades sindicais, quando as respostas à pauta poderiam ser

apresentadas. Não disse, porém, quando e nem confirmou posteriormente a possível audiência.

O funcionalismo reivindica a revisão anual dos salários na data-base, previsto na Constituição Federal mas desrespeitado pelo governo, uma política salarial permanente, a incorporação de gratificações, paridade entre ativos e aposentados e reestruturações de carreiras, dentre outros pontos.

O quadro das negociações, ou da falta delas, no Judiciário Federal e no MPU é semelhante ao cenário geral do serviço público federal. Até agora o Supremo Tribunal Federal não respondeu sobre a instalação da mesa permanente de negociação – a expectativa era que isso ocorresse em fevereiro. “Tanto o governo quanto o STF desrespeitam os servidores e empurram [a categoria] para a mobilização e a greve”, critica o servidor Adilson

Rodrigues, dirigente da Fenajufe e do Sintrajud (Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal em São Paulo).

Tudo isso será objeto de debates na reunião ampliada da Fenajufe, que deve reunir no dia 20, em Brasília, representantes dos servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União eleitos em assembleias estaduais. A atividade ocorre no dia seguinte ao ato público nacional que ocorrerá em frente ao Ministério do Planejamento.

A menos de cem dias da Copa do Mundo, que tende a paralisar o país, a greve unificada do funcionalismo ainda é um processo em construção e que, na visão destes dirigentes sindicais, precisa e deve se apressar com a participação efetiva de cada servidor. Sem isso, não há quem aposte em quaisquer conquistas salariais ou de outra ordem para a categoria neste ano.

Capital, Baixada e interior param por 2 horas

TRE-SP, JT/ Barra Funda e TRF-3 participam da paralisação do dia 19. Em Marília, JF cruza os braços por 2 horas. Santos terá ato em frente ao fórum Federal

A paralisação de duas horas marcada para quarta-feira, 19, (Dia Nacional de Paralisação) será acompanhada nos grandes prédios da capital e em algumas cidades do interior. Na região da Av. Paulista, os servidores se concentram em frente ao fórum Pedro Lessa, a partir das 13h.

No TRE-SP, os servidores vão cruzar os braços entre 12h e 14h, em frente ao tribunal. Para o servidor Elyzaldo Veríssimo, do TRE-SP, a decisão de fazer uma mobilização de duas horas é o início: “O [Tribunal Regional] Eleitoral começa a dialogar com o conjunto do funcionalismo, que já está se mobilizando”, disse.

A assembleia do TRE-SP também debateu

reivindicações específicas que serão entregues ao novo presidente do órgão, desembargador Antonio Carlos Mathias Coltro.

Já no fórum trabalhista Ruy Barbosa, os servidores vão aproveitar a paralisação de duas horas para reivindicar melhores condições de trabalho à presidência do TRT-2: “O que temos visto são condições indignas de infraestrutura e de sobrecarga de trabalho”, disse Henrique Sales, diretor do Sintrajud, lembrando da transferência de servidores para o fórum regional da Zona Leste, o que sobrecarregou os que permaneceram. “Quem está aqui, vê todos os dias a precarização do serviço público”, completou.

Paralisação em Santos e em Marília

Na Baixada Santista, no dia 19, os servidores vão fazer um ato em frente à Justiça Federal de Santos, que terá a participação dos servidores da trabalhista, que também param por duas horas. A manifestação começa às 13h. A paralisação na JF de Santos deve começar às 11h. Os trabalhadores da JT de Cubatão decidiram cruzar os braços por duas horas.

Os trabalhadores da Justiça Federal em Marília, no interior do estado, vão parar por duas horas na quarta-feira. A decisão foi tomada na segunda-feira, 17. A paralisação em Marília será das 14h às 16h, informou o diretor do Sintrajud e servidor da Justiça Federal no município.

Agenda:



19/03 - Dia Nacional da Paralisação; Marcha a Brasília
20/03 - Reunião Ampliada da Fenajufe; em Brasília
21/03 - Reunião da CSP-Conlutas; em São Paulo
22/03 - Encontro Espaço Unidade de Ação
23/03 - Encontro de Negras e Negros da CSP-Conlutas
27/03 - Abertura 7º Congresso Estadual do Sintrajud

Descaso do governo estimula **violência** contra as mulheres

Debate no Sinsprev mostra que não basta levá-las aos cargos de comando para combater o machismo

Por Hélio Batista Barboza

O machismo e a violência contra as mulheres não são apenas um problema de comportamento, mas também uma das formas de o capitalismo exercer a opressão e dividir a classe trabalhadora. Essa foi uma das principais conclusões do debate “A violência contra a mulher”, realizado na quarta-feira, 12, na sede do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo (Sinsprev).

“O atual governo, que é de uma mulher, corta o ponto quando fazemos greve e destina apenas migalhas do orçamento para o sistema de proteção às mulheres”, disse Inês de Castro, diretora do Sintrajud. Além dos dois sindicatos, o debate foi promovido também pelo Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado de São Paulo (Sindsef-SP).

A diretora do Sinsprev Rita de Cássia Pinto mostrou que a violência faz parte de um contexto mais amplo, de dominação de



Debate reuniu diversas entidades e lotou auditório do Sinsprev

classe. “A precarização do trabalho está levando as mulheres não mais à dupla jornada, mas à tripla jornada”, afirmou.

Gastos irrisórios

A professora e militante feminista Sandra Lúcia Fernandes e o filho dela, Icauã Rodrigues, assassinados pelo companheiro de Sandra no mês passado em Olinda (PE), foram lembrados durante o debate. Casos como esse mostram que, oito anos após a aprovação da Lei Maria



Evento foi organizado por Sinsprev, Sintrajud e Sindsef-SP

da Penha, ainda há muito por fazer pela proteção das mulheres.

O serviço 180, criado pelo governo federal em 2006 para receber denúncias, vem recebendo cerca de 800 mil ligações telefônicas por ano. Das agressões relatadas, 49% são cometidas pelos homens que têm relacionamento íntimo com as vítimas (maridos, namorados, etc.), segundo um balanço apresentado por Camila Lisboa, do Movimento Mulheres em Luta (MML).

Para enfrentar esse quadro, o país conta com apenas 77 casas-abrigo, 297 delegacias da mulher e um gasto anual de R\$ 25 milhões. Camila comparou esses números com os elevados investimentos do governo Dilma Rousseff (PT) para a Copa do Mundo.

“As grandes obras, como [as hidrelétricas de] Jirau e Santo Antônio e os estádios para a Copa vão intensificar o processo de violência”, previu a representante do Comitê pela Desmilitarização da Polícia e da Política, Luka Franca.

No dia 22, encontro propõe **unificação de lutas na Copa**

“Basta de privilégios para a FIFA, grandes empresas e bancos! Queremos saúde, educação, transporte público, moradia, reforma agrária e respeito aos direitos do povo”. Este é o lema do Encontro Nacional do Espaço de Unidade de Ação, convocado pela CSP-Conlutas, A CUT Pode Mais-RS, a Feraesp e o setor majoritário da Condsef. O encontro

visa reforçar a unidade dos setores e fortalecer a luta contra os gastos com a Copa do Mundo, o Sintrajud vai participar.

Foram convidadas para o encontro as entidades sindicais, populares, culturais que compartilham da mesma compreensão. A atividade acontece no próximo sábado, dia 22, na Quadra da Escola de Samba Mancha Verde (Rua Nicolas Boer, 550, Barra Funda).

Congresso do Sintrajud recebe **teses até o dia 24**

O prazo de entrega das teses que serão apresentadas durante o 7º Congresso Estadual do Sintrajud foi prorrogado para 24 de março. O encontro acontece entre os dias 27 e 30 deste mês, no Hotel Rancho da Silvestre, localizado na Estrada Votrantim, 700, Embu das Artes. A decisão foi deliberada durante a Assembleia Geral Extraordinária realizada no último sábado, 15, no auditório do Sintrajud.

As teses poderão ser entregues na secretaria do

Sindicato (Rua Antonio de Godoy, 88, 16º andar) ou através do e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br. O formato proposto é: Texto do Word; Fonte Times New Roman; Tamanho 13; Títulos em negrito, tamanho 20, em caixa alta (maiúscula); subtítulos em negrito tamanho 16; todos os parágrafos devem ser numerados e ter o recuo de 1,5 cm e o espaçamento entre as linhas deve ser simples.

O Sintrajud não aceitará textos que não vierem com



o formato especificado. Quem quiser apresentar sua tese fora do prazo terá que arcar com as despesas de reprodução e com a distribuição da mesma no Congresso.